

**Concessionária Rota do
Atlântico S.A.**
**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota do Atlântico S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

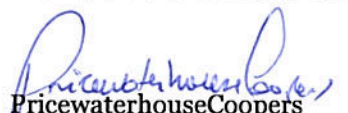


Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Atlântico S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife, 11 de fevereiro de 2015


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE


José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Balço patrimonial

Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	13.998	2.956	Fornecedores (Nota 13)	1.294	1.334
Contas vinculadas (Nota 7)	647		Tributos a recolher (Nota 14)	555	1.089
Contas a receber (Nota 8)	1.628		Obrigações sociais e trabalhistas	1.962	2.199
Tributos a recuperar (Nota 9)	269	838	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	101.796	193.094
Despesas antecipadas	296	370			
Outros ativos	211	203			
	<u>17.049</u>	<u>4.367</u>		<u>105.607</u>	<u>197.716</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	123.530	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 21(a))	10.989	8.967			
	<u>10.989</u>	<u>8.967</u>			
Imobilizado (Nota 11)	177	226	Patrimônio líquido (Nota 16)		
Intangível (Nota 12)	264.384	251.916	Capital social	86.756	86.756
	<u>275.550</u>	<u>261.109</u>	Prejuízos acumulados	(23.294)	(18.996)
				<u>63.462</u>	<u>67.760</u>
Total do ativo	<u>292.599</u>	<u>265.476</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>292.599</u>	<u>265.476</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 17)	65.919	137.708
Custo (Nota 18)	(43.170)	(136.344)
Lucro bruto	<u>22.749</u>	<u>1.364</u>
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 19)	(11.142)	(19.049)
Outras receitas operacionais	<u>4</u>	<u>21</u>
Lucro (prejuízo) operacional	11.611	(17.664)
Receitas financeiras	1.313	104
Despesas financeiras	<u>(19.243)</u>	<u>(2.137)</u>
Resultado financeiro, líquido (Nota 20)	(17.930)	(2.033)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(6.319)	(19.697)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 21(c))	<u>2.021</u>	<u>9.316</u>
Prejuízo do exercício	<u>(4.298)</u>	<u>(10.381)</u>
Prejuízo do exercício por lote de um mil de ações do capital social - R\$	<u>(49,54)</u>	<u>(119,66)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2013	60.000	(8.615)	51.385
Aumento de capital (Nota 16)	26.756		26.756
Prejuízo do exercício		(10.381)	(10.381)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>86.756</u>	<u>(18.996)</u>	<u>67.760</u>
Prejuízo do exercício		(4.298)	(4.298)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>86.756</u>	<u>(23.294)</u>	<u>63.462</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.319)	(19.697)
Ajustes		
Margem de construção	(216)	(1.364)
Depreciação e amortização	8.928	286
Juros e variações monetárias líquidas	17.342	1.775
	<u>19.735</u>	<u>(19.000)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(1.628)	
Contas vinculadas	(647)	
Despesas antecipadas	74	(276)
Tributos a recuperar	569	(5)
Outros ativos	(8)	(104)
Fornecedores	(40)	885
Obrigações sociais e trabalhistas	(237)	1.800
Tributos a recolher	(534)	877
	<u>17.284</u>	<u>(15.823)</u>
Caixa gerado pelas operações		
Juros pagos - Empréstimo	(26.969)	(3.646)
Juros pagos - Mútuo		(1.141)
		<u>(1.141)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(9.685)	(20.610)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Baixas ao intangível	66	
Adições ao intangível	(17.545)	(126.138)
	<u>(17.479)</u>	<u>(126.138)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(17.479)	(126.138)
Fluxo das atividades de financiamentos		
Obtenção de empréstimos e financiamentos	323.250	199.085
Amortização de empréstimos e financiamentos	(285.044)	(76.620)
Aumento de capital social		26.756
	<u>38.206</u>	<u>149.221</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	38.206	149.221
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	11.042	2.473
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>2.956</u>	<u>483</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>13.998</u>	<u>2.956</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“Rota do Atlântico” ou “Companhia”) foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE – “Express Way”, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Poder Concedente - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco) - em 18 de julho de 2011.

A extensão concedida do Complexo Viário e Logístico de SUAPE – “Express Way” é de 45 km, e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

A concessão, pelo prazo de 35 anos, a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permite a possibilidade da exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, gerenciamento da obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

A Rota do Atlântico possui estrutura operacional equipada com Centro de Controle Operacional (CCO), base operacional com posto de atendimento ao usuário, cinco praças de pedágio e um novo posto para a Polícia Militar Rodoviária.

Em 4 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4; em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5. O trecho do acesso à linha de Cocaia, responsável por 5% do faturamento está previsto para ser entregue pelo Poder Concedente no primeiro semestre de 2015.

Extinta a concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 88.557 (em 31 de dezembro de 2013 negativo em R\$ 193.349), devido principalmente aos empréstimos e financiamentos de curto prazo junto aos bancos HSBC Bank Brasil S.A (HSBC) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) obtido para financiamento de seus investimentos e cumprimento de outras obrigações.

Dando continuidade aos objetivos estratégicos, a administração vem adotando medidas para suprir a insuficiência de capital de giro através da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, o qual foi aprovado pela diretoria do banco, por meio da decisão “Dir. 1434/2013-BNDES”, em reunião no dia 30 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 180.538, divididos em subcréditos dos quais, até 31 de dezembro de 2014, foi liberado o montante de R\$ 132.000 (Nota 15), já com comprovação da liberação de um adicional de R\$ 10.581 até o primeiro semestre de 2015, com vencimento da última parcela de amortização para o ano de 2028.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

Em 15 de março de 2014, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ação, em serie única, no montante de R\$ 30.000, remuneradas as taxas de juros prefixadas a 8% a.a., objeto de distribuição pública, com esforços restritos, sob o regime de melhores esforços de colocação, já com negociações avançadas, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder"). A Emissão das debêntures foi realizada, porém seu processo de acesso ao mercado e investidores foi postergado a fim de operacionalizar uma estrutura de garantias que atendesse a todas as partes, devendo sua integralização ser realizada no primeiro semestre de 2015, com prazo de 15 anos.

Em 17 de junho de 2014, a Companhia efetuou a 3ª emissão de Notas Promissórias Comerciais junto ao banco HSBC, no montante de R\$ 95.000, sujeito a encargos do CDI + 1,45% a.a. com vencimento em dezembro de 2014, para quitação do saldo devedor de R\$ 75.000 da 2ª emissão de Notas Promissórias, junto ao mesmo banco.

Em 12 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou a 4ª emissão de Notas Promissórias Comerciais junto ao banco HSBC, no montante de R\$ 95.000 sujeito a encargos do CDI + 2,70% a.a. com vencimento em junho de 2015, para quitação do saldo devedor de R\$ 95.000 da 3ª emissão de Notas Promissórias, junto ao mesmo banco.

A Companhia vem analisando e negociando tempestivamente as suas operações e caixa disponível, e negociando com o banco HSBC postergações ou novas emissões de notas promissórias, com o intuito de ajustar suas obrigações ao seu fluxo de caixa.

Adicionalmente, não obstante a confiança no sucesso de nossas operações a Companhia possui compromisso formal dos seus acionistas Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A ("Invepar") e Odebrecht Transport S/A ("OTP") de prover, caso necessário suporte financeiro para o pagamento dos empréstimos obtido junto ao BNDES.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizado pela administração em 4 de fevereiro de 2015.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, assim, essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à seleção de vida útil dos ativos imobilizado e intangível e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação da provisão para imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs").

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa para uso da administração, saldo de fundo de troca reserva para caixas de praça de pedágios, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos e passivos financeiros mantidos para negociação. Um ativo e passivo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como circulante.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(c) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

(d) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia gerou lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

(e) Demais ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

(f) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(g) Ativos intangíveis

(g.1) Infraestrutura

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme ICPC 01, item 17, à medida que a Companhia obtém o direito de cobrar dos usuários do serviço público.

O ativo intangível é avaliado pelo custo histórico somado a margem de construção, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura, incluindo custos dos empréstimos, e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de desenvolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O reconhecimento dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que podem vir a afetar os saldos registrados.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada a partir da data em que encontrar-se disponível para ser utilizado nas operações da Companhia.

A amortização do ativo intangível deverá ser realizada pelo método linear, a qual está limitada ao prazo da concessão.

(g.2) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 12.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(g.3) Estudos de projetos

Os estudos de projetos para desenvolvimento de concessões são capitalizados e amortizados apenas após a fase de pesquisa ser concluída, nos termos no CPC 04, adotando o método linear de amortização, pelo prazo da concessão (35 anos).

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

(g.4) Adiantamento a fornecedores

Os valores pagos a título adiantamentos aos fornecedores são avaliados ao custo e estão previstos no contrato de execução de obras civis firmado junto às construtoras.

O montante de adiantamento é realizado de acordo com a execução das obras e deduzido dos pagamentos das parcelas mensais posteriores.

(h) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

(i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(j) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(k) Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(l) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

(m) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

As receitas provenientes de pedágios são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1,00% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferido. Na determinação desses montantes, foram utilizadas as alíquotas previstas para liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 46 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 464), calculados sobre a margem de construção do seu ativo da concessão, conforme ICPC 01, a alíquota nominal de 34% (Nota 21 (b)).

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

(b) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia estimou como base para amortização dos bens intangíveis originados do contrato de concessão, um modelo linear em virtude da insuficiência de subsídios identificáveis as circunstâncias econômicas e operacionais de sua infraestrutura.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira e contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. Os planos da administração para gerenciar o capital circulante líquido negativo estão divulgados na Nota 1.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014				
Fornecedores	1.294			1.294
Empréstimos e financiamentos	101.796	6.010	117.520	225.326
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores	1.334			1.334
Empréstimos e financiamentos	193.094			193.094

(c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto e longo prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram exclusivamente mantidos em reais.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

(d) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

4.1 Gestão de capital

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 15)	225.326	193.094
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(13.998)	(2.956)
Dívida líquida	<u>211.328</u>	<u>190.138</u>
Total do patrimônio líquido	<u>63.462</u>	<u>67.760</u>
Total do capital	<u>274.791</u>	<u>257.898</u>
Índice de alavancagem financeira (%)	<u>77</u>	<u>74</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	580	1.682
Aplicação financeira de liquidez imediata	<u>13.418</u>	<u>1.274</u>
	<u>13.998</u>	<u>2.956</u>
Outros passivos financeiros		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	225.326	193.094
Fornecedores (Nota 13)	<u>1.294</u>	<u>1.334</u>
	<u>226.620</u>	<u>194.428</u>

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa de operação (i)	421	
Fundo fixo	6	7
Fundo de troco	100	79
Bancos conta movimento	53	1.596
Aplicação financeira de liquidez imediata (ii)	13.418	1.274
	13.998	2.956

- (i) Referem-se a caixa oriundo da operação mantido no cofre da Companhia.
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, (CDB), compromissadas e fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 99,0% e 100,0% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7 Contas vinculadas

A Companhia mantém junto ao Banco Bradesco um “fundo de liquidez” representado por uma aplicação financeira, no montante de R\$ 647, que corresponde a seis prestações de amortização do financiamento junto ao BNDS, com base na maior prestação pós-carência, do financiamento descrito na Nota 15.

Essa aplicação foi efetuada como parte da garantia de cumprimento integral de todas as obrigações do referido financiamento. Ao final do contrato de financiamento este valor atualizado será restituído para a Companhia.

8 Contas a receber

	31 de dezembro de 2014
Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S/A	701
Serttel Ltda	330
Pex S/A	476
Outros	121
	1.628

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

9 Tributos a recuperar

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Imposto de renda	6	68
Contribuição social		55
IRRF sobre aplicação financeira	263	715
	<u>269</u>	<u>838</u>

10 Saldos e transações com partes relacionadas

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Ativo		
Adiantamentos a fornecedores (Nota 12 (c))	362	520
Resultado		
Serviços de construção do período	<u>3.176</u>	<u>108.068</u>

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

A remuneração total paga aos administradores no período findo em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 863 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 1.954), conforme Nota 19, sendo a mesma vinculada a honorários e outros benefícios de curto prazo.

11 Imobilizado

(i) Composição

			<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10,00%	174	(57)	117
Máquinas e equipamentos	10,00%	16	(10)	6
Computadores e periféricos	20,00%	151	(99)	52
Ferramentas e aparelhos	10,00%	3	(1)	2
Benefitorias em imóveis de terceiros	50,00%	187	(187)	4
		<u>531</u>	<u>(354)</u>	<u>177</u>
				<u>226</u>

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

(ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo no início do exercício	226	304
(-) Depreciação	(49)	(78)
Saldo no final do exercício	177	226

12 Intangível

	<u>Outros intangíveis</u>						<u>Total</u>
	<u>Intangível de infraestrutura</u>	<u>Estudos e projetos</u>	<u>Sistema de arrecadação</u>	<u>Instalações</u>	<u>Outros</u>	<u>Adiantamentos a fornecedores</u>	
Saldo em 1º de janeiro de 2014	236.319	3.477	3.442	2.824	4.829	1.025	251.916
Aquisições	16.812	160		1.938	2.028	475	21.413
Amortização	(8.084)	(107)	(304)	(145)	(239)		(8.879)
Baixas			(66)				(66)
Transferências	153			308	677	(1.138)	
Saldo contábil	245.200	3.530	3.072	4.925	7.295	362	264.384
Saldo de Custo	253.284	3.895	3.404	5.093	7.637	362	273.675
Amortização acumulada	(8.084)	(365)	(332)	(168)	(342)		(9.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	245.200	3.530	3.072	4.925	7.295	362	264.384
Taxas anuais médias de amortização		2,86%	10%	10%	2,86% a 20%		

(a) Intangível de infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (Nota 17) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a Infraestrutura da concessão.

O cálculo da parcela mensal sobre a vida útil dos bens, é reconhecida no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pelo método linear, a qual está limitada ao prazo da concessão.

O montante do custo está registrado considerando uma margem de construção de 1%, conforme orientações contidas no ICPC 01.

(b) Outros intangíveis

Referem-se, principalmente a máquinas e equipamentos (R\$ 2.456), sistema de monitoramento (R\$1.099) e softwares (R\$ 1.663).

(c) Adiantamentos a fornecedores

O contrato de execução de obras civis assinado pela Companhia em 29 de julho de 2011, junto à Construtora Norberto Odebrecht (CNO) e à Construtora OAS, prevê em cláusula específica o adiantamento de pagamento correspondente ao percentual do preço global para execução dos serviços.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica de “Adiantamentos a fornecedores” reflete o montante pago a título de adiantamento, reduzido das deduções realizadas nas parcelas liquidadas do contrato de execução de obras até dezembro de 2014:

	31 de dezembro de 2013	Adições	Deduções	31 de dezembro de 2014
CNO (Nota 10)	260	43	(122)	181
Construtora OAS (Nota 10)	260	86	(165)	181
MZT Soluções	107	346	(453)	
Outros	398		(398)	
	1.025	475	(1.138)	362

13 Fornecedores

O saldo de fornecedores no montante de R\$ 1.294 (R\$ 1.334 em 31 de dezembro de 2013) é representado, substancialmente, pela contratação de subempreiteiros e de materiais para a construção da infraestrutura do contrato de concessão e manutenção.

14 Tributos a recolher

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Tributos sobre o faturamento		
Pis a recolher	29	
Cofins a recolher	134	
ISS a recolher	218	
ISS retido de terceiros	26	884
INSS retido de terceiros	51	85
IRRF sobre folha de pagamento	73	75
Outros	24	45
	555	1.089

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

15 Empréstimos e financiamentos

A composição das liberações das operações de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014 está apresentada da seguinte forma:

Banco	Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
BNDES (a)	ago/12	36.883	fev/14	TJLP + 2,80%		40.932
BNDES (a)	nov/12	7.395	fev/14	TJLP + 2,80%		8.063
BNDES (a)	ago/12	15.807	fev/14	TJLP + 3,80%		17.776
BNDES (a)	nov/12	3.169	fev/14	TJLP + 3,80%		3.481
BNDES FINEM (b)	fev/14	92.400	dez/27	TJLP + 2,87%	90.706	
BNDES FINEM (b)	fev/14	39.600	dez/27	TJLP + 3,87%	38.950	
BRASIL (c)	out/13	8.000	fev/14	127% do CDI		8.000
SANTANDER (c)	dez/13	21.000	fev/14	CDI + 2,5%		21.061
VOTORANTIM (c)	dez/13	8.500	fev/14	CDI + 3,283%		8.602
ABC (c)	dez/13	10.000	jun/14	CDI + 3,66%		9.994
HSBC (d)	dez/13	75.000	jun/14	CDI + 0,95%		75.185
HSBC (e)	dez/14	95.000	dez/14	CDI + 1,45%	95.670	
		<u>412.754</u>			<u>225.326</u>	<u>193.094</u>
				Passivo Circulante	<u>101.796</u>	<u>193.094</u>
				Passivo não circulante	<u>123.530</u>	
					<u>225.326</u>	<u>193.094</u>

- (a) Em 12 de julho de 2012, a Companhia contratou empréstimo ponte junto ao BNDES, no montante de R\$ 63.254. Desse montante, o equivalente a R\$ 44.278 está sujeito a encargos de TJLP + 2,80% a.a. e o equivalente a R\$ 18.976 está sujeito a encargos de TJLP + 3,80% a.a. Até 31 de março de 2014 os saldos foram totalmente liquidados.
- (b) Em fevereiro de 2014, a Companhia contratou financiamento de longo prazo junto ao BNDES - Finem, no montante de R\$ 180.538. Desse montante, o valor de R\$132.000 foi liberado em duas tranches, uma de R\$ 92.400, sujeita a encargos de TJLP + 2,87% a.a. e outra de R\$ 39.600, sujeita a encargos de TJLP + 3,87% a.a. A disponibilização do saldo restante está condicionada conforme o contrato, a comprovações em investimentos por parte da Companhia, sendo que já foi comprovado um montante adicional de R\$ 10.581 com previsão de liberação no primeiro semestre de 2015. O saldo remanescente será comprovado para utilização de acordo com a realização dos investimentos previstos no orçamento da Companhia.
- (c) Em outubro de 2013, a Companhia passou a utilizar saldo de crédito em conta garantida junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 8.000, sujeito a encargos de 127% do CDI a.a.; em dezembro de 2013 junto ao Banco Santander, no montante de R\$ 21.000, sujeito a encargos de CDI + 2,5% a.a.; em dezembro de 2013 junto ao Banco Votorantim, no montante de R\$ 8.500, sujeito a encargos do CDI + 3,283% a.a.; em dezembro de 2013 junto ao Banco ABC, no montante de R\$ 10.000, sujeito a encargos do CDI + 3,66% a.a.; em janeiro e fevereiro de 2014, junto ao Banco Votorantim empréstimos no montante de R\$ 1.250 respectivamente, sujeitos a encargos do CDI + 3,283% a.a. Até 31 de março de 2014 esses empréstimos foram totalmente liquidados.
- (d) Em 18 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu Notas Promissórias Comerciais, no montante de R\$ 75.000, sujeitas a encargos de CDI + 0,95 % a.a., através de contrato de colocação junto a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, sendo integralmente adquiridas pelo mercado. Em junho de 2014, o saldo foi totalmente quitado.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

- (e) Em 17 de junho de 2014, a Companhia efetuou a 3ª emissão de Notas Promissórias Comerciais junto ao banco HSBC no montante de R\$ 95.000 sujeito a encargos do CDI + 1,45% a.a. totalmente liquidado em dezembro de 2014.

Em 12 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou a 4ª emissão de Notas Promissórias Comerciais junto ao banco HSBC, no montante de R\$ 95.000, sujeito a encargos do CDI + 2,70% a.a., com vencimento em junho de 2015.

(i) **Garantias**

O financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – FINEM, é suportado através de um Contrato Suporte de Acionistas; de um Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras avenças; e de um Contrato de Penhor de ações firmado entre o BNDES, a OTP, a INVEPAR e a Rota do Atlântico.

(ii) **Valor Justo dos empréstimos e financiamentos**

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que se trata de obrigação de curto prazo recentemente contratados em condições de mercado.

16 Patrimônio líquido

(a) **Capital social**

Em 11 de março de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia em R\$ 26.756, passando de R\$ 60.000 para R\$ 86.756, mediante a emissão de 26.756.000 (vinte e seis milhões, setecentos e cinquenta e seis mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), integralizadas em moeda corrente do país. A subscrição e integralização das ações ocorreram de forma proporcional à participação de cada acionista. Composição acionária e capital social em 31 de dezembro de 2014.

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Capital social
Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A ("Invepar")	43.378.000	43.378
Odebrecht Transport S/A ("OTP")	43.378.000	43.378
	86.756.000	86.756

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

17 Receita

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Receita de construção - ICPC 01 (i)	21.851	137.708
Receitas em numerário (ii)	32.339	
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (iii)	14.877	
Outras receitas de pedágio	1.025	
Pis sobre faturamento	(314)	
Cofins sobre faturamento	(1.451)	
ISS sobre faturamento	(2.408)	
Receita líquida	<u>65.919</u>	<u>137.708</u>

- (i) A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 21.851 (31 de dezembro de 2013 R\$ 137.708), como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 - contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, somado 1% de margem.

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Receita de construção - ICPC 01	21.851	137.708
Custo - ICPC 01 (Nota 18)	(21.635)	(136.344)
(-) Amortização Margem Construção	(77)	
Margem de construção	<u>139</u>	<u>1.364</u>
	0,64%	1,00%

- (ii) Referem-se às receitas de pedágio oriundas das cinco praças ao longo da rodovia.
- (iii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

18 Custos

Os custos dos serviços prestados referente ao exercício findo em 31 de dezembro foram sumarizados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Custos operacionais		
Custo com pessoal	(6.563)	
Custo com serviços de terceiros	(4.268)	
Custo com material, equipamentos e veículos	(1.152)	
Custo com amortização	(8.879)	
Outros custos	(673)	
	<u>(21.535)</u>	
Custos de infraestrutura (i)		
Custo de construção ICPCo1	(21.635)	(136.344)
	<u>(43.170)</u>	<u>(136.344)</u>

- (i) Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

19 Despesas operacionais gerais e administrativas

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Despesas com pessoal	(3.128)	(7.921)
Honorários da administração	(863)	(1.954)
Prestadores de serviços	(4.203)	(4.592)
Gastos gerais administrativos	(2.395)	(4.138)
Publicidade e propaganda	(474)	(152)
Depreciação	(49)	(286)
Outras despesas	(30)	(6)
	<u>(11.142)</u>	<u>(19.049)</u>

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

20 Resultado financeiro, líquido

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Receita financeira		
Outras receitas financeiras	163	15
Rendimento de aplicação financeira	1.150	89
	<u>1.313</u>	<u>104</u>
Despesa financeira		
Juros de empréstimos e financiamentos	(17.342)	(1.887)
Comissões e despesas bancárias	(1.478)	(206)
Outras despesas financeiras	(423)	(44)
	<u>(19.243)</u>	<u>(2.137)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(17.930)</u>	<u>(2.033)</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social ativos e passivos diferidos

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Ativo - não circulante		
Tributo diferido sobre prejuízo fiscal acumulado	11.848	9.780
Passivo - não circulante		
Tributo diferido sobre a margem de construção	859	813
Tributo diferido líquido		
Tributo diferido ativo (i)	11.848	9.780
Tributo diferido passivo	(859)	(813)
	<u>10.989</u>	<u>8.967</u>

- (i) Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Imposto diferido ativo a ser recuperado	
2015	22
2016	648
2017	1.197
2018	2.299
2019	3.600
2020	4.082
	<u>11.848</u>

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

(b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado sobre margem de construção

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte conciliação em seus valores a alíquota nominal:

	<u>31 dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Receita de construção	21.851	137.708
Custo de construção	(21.635)	(136.344)
(-) Amortização Margem Construção	(77)	
	<u>139</u>	<u>1.364</u>
Margem da receita de construção (Nota 17)	139	1.364
Alíquota de imposto de renda e contribuição social a taxa nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(46)</u>	<u>(464)</u>

(c) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado sobre prejuízo fiscal

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Prejuízos acumulados antes de imposto de renda e contribuição social	(6.319)	(28.034)
Adições		1.369
Parcela indedutível despesas diferidas amortizadas	341	
Outras adições	122	
Exclusões		(2.100)
Outras exclusões	(88)	
	<u>(5.944)</u>	<u>(28.765)</u>
Base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social	(5.944)	(28.765)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (34%)	<u>(2.021)</u>	<u>(9.780)</u>

(d) Lei 12.973/14

No dia 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015, ou com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014, desde que seja feita uma opção pelo contribuinte.

A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos. Considerando que o resultado dessa análise não apresentou efeitos tributários materiais, a Companhia decidiu não antecipar a adoção das regras e disposições previstas na nova legislação no exercício de 2014.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

22 Contingência

A Companhia é parte envolvida em processo trabalhista e está discutindo essa questão na esfera judicial.

A administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes desse processo em virtude de não ser provável a ocorrência de uma saída de recursos. Em 31 de dezembro de 2014 o montante considerável como possível, pelos assessores jurídicos externos, é de R\$ 551 (31 de dezembro de 2013 R\$ 100).

23 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do Contrato de Concessão, onde são exigidos: (i) Seguros de riscos operacionais; (ii) Seguro garantia de execução; (iii) Seguro de responsabilidade civil de operações; (iv) Seguro de responsabilidade civil de obras; e (v) Seguro de riscos de engenharia.

Até 31 de dezembro de 2014, foram contratados os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Seguradora	Vigência até	Cobertura
Responsabilidade civil geral	Allianz Seguros	novembro de 2015	19.200
Seguro garantia de execução	Banco Fator Seguradora	dezembro de 2015	27.054
Risco operacional	Tóquio Marine	junho de 2015	43.544
Seguro De O	Allianz Seguros	junho de 2015	20.000

* * *